

Dimensões para exercitar a trajetória da avaliação

Breyner Ricardo de Oliveira²⁶

1. Avaliação contextual para saber e poder desenhar o projeto

Educação e as escolas: nosso contexto e de onde partimos porque é onde queremos chegar

Educação é conceito polissêmico. Neste projeto, é mobilizada como possibilidade para conexões com a vida, com o mundo, com as ideias, com nosso tempo, com as pessoas, com o território, com o planeta, com o trabalho e com a dialética do existir.

Possibilidade porque não há essa garantia, já que tais processos formativos se dão em contextos de desigualdades – injustas – de oportunidades e em um modo de produção que define as relações a partir do mérito, dos ganhos marginais e da quantidade de excedente que se produz e, claro, se apropria.

É nesse contexto que a escola se inscreve e orbita: instituições e espaços escolares. Espaço dialético por definição porque forma para o saber subjetivo e objetivo. Alunos, pessoas em formação, profissionais que trabalham nesses espaços – professores, diretores, coordenadores pedagógicos... essas podem ser nossas pessoas-alvo.

Um projeto para a cidadania que passa pela escola precisa considerar:

- contextos, pessoas, idades, lógicas, territórios, saberes, especificidades e trajetórias e tecnologias;
- escolas: as escolas do judiciário, as escolas públicas, as escolas privadas, as universidades, centros universitários, faculdades e outros espaços de formação;
- formadores(as): profissionais das escolas do judiciário, profissionais das escolas;
- pessoas em formação: os profissionais que atuam nas escolas, alunos(as). E as famílias?

²⁶ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui graduação em Ciências Econômicas pela mesma universidade e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Economia Aplicada. Membro das Redes Brasileira (RBMA) e Latino-americana e Caribenha de Monitoramento e Avaliação (ReLac) e da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE). Membro do Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D/UnB) e da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP).

Também precisa levar em conta como será feito o diálogo e como as ações e estratégias serão desenhadas e implementadas. Jogos? Debates? Simulações? Gincanas? Uma rádio? A representação de turma? Um grêmio escolar? O parlamento jovem? A escolha da próxima excursão? Da merenda? Do próprio currículo? Do Conselho Escolar? Essas são apenas possibilidades contextualizadas, que podem servir para balizar e aterrisar a discussão.

Esse projeto pode construir habitus-cidadão a partir das próprias lógicas da escola em cada tempo, idade e ciclo, com seus atores. Importante que sejam práticas lúdicas, repletas de significados, contextualizadas, desafiadoras e aderentes aos currículos.

Assim, poderão mobilizar questões do nosso tempo e estimular que os sujeitos que aprendem se mobilizem, se posicionem e se desloquem. Que se confrontem e se interpelem. E, nesse movimento, também sejam capazes de questionar os outros. Essas sínteses é que ajudarão esses sujeitos a transitar e existir em comunidade, além de pressionar para que a vida coletiva seja mais possível e real.

Para contextualizar: o que precisamos saber, escutar, ouvir e ver?

- Que pessoas, que territórios, que vidas, que trabalho e que existências?
- Em quais contextos? Escolas para quem? Que tipos de escolas?
- Quais alunos-pessoas em formação? O que aspiram? Que sonhos e expectativas têm? Que futuros aspiram? Que mundo conhecem? Que mundos podem alcançar? Que oportunidades têm? Como vivem?
- Quais escolas? Como se organizam? Como estão estruturadas? Quem são os profissionais que nelas atuam? Quais são suas especificidades e desafios? Quais desses profissionais serão nossos interlocutores? Quem são as(os) formadores(as)? Como trabalham? Quais são suas rotinas? Que tempo têm disponível? Como as tecnologias estão mobilizadas?
- Que contradições marcam essas pessoas? Que tensões são constitutivas de suas trajetórias? Que imposições podem ser limitadoras dos seus futuros?

2. A implementação: intuições pedagógicas para a ação

Implementação: a materialidade da ação no cotidiano

Nesse projeto, a educação é meio, não é um fim em si mesma. É educação para.

Nesse caso, para a cidadania. Logo, assume-se que a educação é meio para que o aluno-pessoa-em-formação se descubra sujeito inserido no meio social. Nas escolas onde esse projeto será implementado, interessa-nos que seu público-alvo se perceba como sujeitos que existem no âmbito do Estado, nas interações com os outros e nas conexões com seu território. Um sujeito-cidadão. Uma pessoa que existe na esfera pública, que tem direito a ter direitos e que faz parte do contrato mediado pelo Estado. E que tem sua existência assegurada pela Constituição.

Também para que essas pessoas saibam identificar como essas dinâmicas operam: sociedade e estado são conceitos muito vagos e amplos. É preciso ir além. Partidos, sindicatos, associações, conselhos, movimentos, ONGs, empresas, dentre tantas outras possibilidades de organização social e cidadã que ocupam essas arenas.

O executivo, o legislativo, o judiciário, as prefeituras, os estados, o governo federal, as câmaras, as assembleias, os órgãos de controle, os ministérios, as secretarias, dentre tantos outros organismos, instituições, arenas e espaços que ocupam essas arenas.

Logo, nas escolas onde esse projeto será implementado, interessa-nos que essas pessoas reconheçam esses atores e esses espaços como legítimos. Que podem e devem ser ocupados. E que podem ser vetores de representação e garantia de direitos. E, portanto, promotores da cidadania.

É nesse contexto que a educação o confronta com a idealização e pode dar ao aluno- cidadão e pessoa em formação lentes para lidar com as contradições que essa idealização revela, no cotidiano da vida. Direitos. Para todos? Igualdade de oportunidades? Estado? Constituição?

O sujeito-formador-aluno-cidadão lida com esses universos – o mundo normativo e o mundo real. Se preto, se favelado, se periférico, se pobre. Se de escola privada, se branco, se de elite, se diverso, se urbano, se rural, se indígena, se mulher, se homem. Tais “ses” podem aproximar ou afastar esses universos. Situar o Estado como algo mais à mão, mais ao alcance dos olhos ou mais remoto, impossível, irreal.

A educação para a cidadania mergulha nessas arenas. Usa essas lógicas para situar a pessoa-aluno para que ele(a) se localize e, ao se achar, compreenda os caminhos do passado, as trilhas possíveis no presente e as imaginações para o futuro.

Alunos(as)-pessoas em formação: com quem dialogamos e em qual escola?

Para esse projeto, em que a educação se associa à construção e fortalecimento da cidadania, importam as subjetividades que, também, organizam e animam a vida objetiva dos sujeitos, pessoas em formação-alunos(as) que atuam nesse tempo.

Alunos(as) e pessoas em formação porque são os sujeitos em tempo de aprendizagem. São pessoas em processo. São sujeitos de devires. São cidadãos em

constituição. São o vir a ser, já sendo. São formadores(as), crianças e jovens, cada um(a) com sua cor, com seu nome, com sua história, descobrindo as conexões com o seu e com o nosso tempo. São pessoas interagindo com o mundo, com “o seu ao redor”, com o cotidiano e com suas possibilidades, tensões e contradições. É nessa ciranda que a síntese se faz possível.

Para essas pessoas – formadores(as), jovens e crianças – o mundo e o território são espaços onde o experimentar e o fazer caminham entrelaçados. A escola – as escolas judiciais e as escolas-alvo – está aí, mas não está isolada. Emerge diluída nesses espaços, nessas interações, nessas experiências e, também, nas ausências de respostas, nas dúvidas e nas fricções entre o que tem e o que não tem sentido; entre o permitido e o regrado.

A escola é uma intensiva preparação para o mundo. Seus tempos, espaços, rotinas, ritos, movimentos, currículos, pessoas, dinâmicas, processos e registros formam o sujeito; preparam-no para o porvir. Também pode ser um treino. Um exercício.

Nessa trajetória, nas escolas onde esse projeto será implementado, o sujeito que aprende descobre. Questiona. E se confronta com o real. E, no real, vai acumulando lentes que o ajudarão a decodificar esse mundo, esse tempo. É com essas pessoas que dialogamos. Conversa construída. Negociada. Conversa com capacidade de escutar. Com abertura para ouvir. Com interesse no que têm a dizer. Nas suas vivências. No seu mundo. Conversa. Palestra desmobiliza, afasta, hierarquiza, encaixota, lineariza. Enquadra.

Profissionais da educação-pessoas: com quem dialogamos e em qual escola?

Para esse projeto, em que a educação se associa à construção e fortalecimento da cidadania, importam as subjetividades que, também, organizam e animam a vida objetiva dos sujeitos, pessoas-trabalhadores(as) que atuam nesse tempo.

Há que se considerar as escolas que farão parte desse projeto. Os que atuam nessas escolas – as que fazem parte da rede EJ e as demais escolas. São pessoas que vivem a escola. São pessoas-profissionais de suas áreas, com suas experiências acadêmicas, curriculares, pessoais e cotidianas. Têm saberes. Com suas resistências. É nessa arena que vamos adentrar.

Como conversaremos com esses atores? Que projetos pedagógicos essas pessoas desenvolvem? Onde esse projeto pode se inserir para não ser uma imposição? Uma invasão? Conversa construída. Negociada. Conversa com capacidade de escutar. Com abertura para ouvir. Com interesse no que têm a dizer. Nas suas vivências. No seu mundo. Conversa. Palestra desmobiliza, afasta, hierarquiza, encaixota, lineariza. Enquadra.

3. Avaliação da trajetória: processos e dinâmicas da implementação e conexões com os resultados alcançados

A implementação está diretamente associada à materialização das ações. É momento de ação-reflexão-ação em curso, já que tem relação com o monitoramento do que foi planejado com vistas a gerar conhecimento para melhor compreendermos o que se faz. Nessa dinâmica, evidências são reveladas que também servem para pensarmos os resultados alcançados, tanto os tangíveis quanto os intangíveis. Como se trata de um projeto multifatorial, transversal e multidisciplinar, podemos avaliar a trajetória do programa de maneira sistêmica, sem dissociar os resultados das dinâmicas cotidianas.

A implementação: eles(as) e nós, integrados

Eles(as), refletindo sobre o processo e revelando pistas para a ação (deles e nossa):

Como fizemos a contextualização? Como as pessoas em formação aprendem? Como dialogam? O que os motiva? Como se comunicam? Como interagem?

- Que reações houve?
- O que têm aprendido?
- Que sínteses têm feito?
- Há aproximações com as noções de cidadania e com os eixos desse projeto?
- Que traduções (não) fazem sobre o projeto e suas dimensões? Sobre a democracia? Sobre o voto? Sobre as eleições? Sobre a conjuntura?
- Que dificuldades evidenciam?
- Que desafios revelam?
- Que tensões e conflitos aparecem?
- Como se relacionam com a equipe e com as atividades?
- Que conexões (não) fazem com suas vidas, seus territórios, seus contextos, seus sonhos e seus futuros?
- Compreendem os textos/recursos/materiais? São mobilizados pelas equipes e pelos recursos? As tecnologias têm sido mobilizadas? Como têm sido?

Os eles(as) e nós integrados, resultados alcançados e suas conexões com o que foi planejado

Nós, também refletindo sobre o processo (deles e nosso), revendo os caminhos para fortalecer o projeto. As avaliações finalísticas são importantes. Não apenas as quantitativas, de ordem mais objetiva. As qualitativas podem ser mais efetivas e eficazes para revelar e informar o que se pretende em termos de “resultado”.

Que perguntas avaliativas nos interessam?

O que foi planejado? Como nos localizamos em relação ao que foi previsto e o que foi realizado? Lançamos algumas possibilidades:

- Como dialogamos com as equipes?
- Que aprendizagens nos revelaram?
- O que nos ensinaram?
- Como nos comunicamos com nosso público?
- Que dificuldades tivemos?
- Que desafios nos revelaram?
- Que tensões e conflitos apareceram para nós?
- Como se relacionaram com a equipe e com as atividades propostas?
- Que conexões (não) fizemos com suas vidas, seus territórios, seus contextos, seus sonhos e seus futuros?
- Compreenderam nossas instruções? Fomos capazes de mobilizar? Os recursos que usamos – incluindo as tecnologias – foram adequados e suficientes?
- O que podemos ajustar, rever, redesenhar, revisar e aprimorar nesse projeto, nas ações empreendidas e nas dinâmicas propostas?

Referências

OLIVEIRA, B. R.; FERNANDES, N. R. (2023). **Avaliação da implementação de políticas públicas**: epistemologias e perspectivas críticas para visibilizar as experiências cotidianas com as políticas e seus efeitos. In.: Revista de Educação Interterritórios. v. 9 n. 18.

OLIVEIRA, B. R. **A implementação de políticas educacionais no nível micro**: uma análise a partir dos profissionais da escola no contexto da prática. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 4, p. 1-17, 2019.

OLIVEIRA, B. R. de; ALVES, M. M. F. FICHTER FILHO, G. A. **Contextos e trajetórias para a análise de Políticas Públicas**: aportes teóricos para o campo da educação. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara, v. 17, (3): 2095-2117, 2022.